

**TERRITÓRIO, PODERES TUTELARES E AGÊNCIAS INDÍGENAS:
ANÁLISES PRELIMINARES SOBRE TRÂNSITOS, TROCAS E R-
EXISTÊNCIAS NA FRONTEIRA BRASIL-GUIANA FRANCESA (1930-
1945)**

**TERRITORY, TUTELARY POWERS AND INDIGENOUS AGENCIES:
PRELIMINARY ANALYSIS ON TRANSITS, EXCHANGES AND R-
EXISTENCE IN THE BRAZIL-FRENCH GUIANA BORDER (1930-1945)**

Benedito Emílio da Silva RIBEIRO*

Resumo: O artigo analisa as dinâmicas indígenas na região de fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, no contexto da Era Vargas (1930-1945). Visa entender suas configurações territoriais e agenciamentos em face às políticas estatais de ocupação dos sertões fronteiriços, no norte amazônico. Utilizando as fontes do Serviço de Proteção aos Índios, dimensiona as vivências e estratégias adotadas pelos povos indígenas da região para reinterpretar, e ressignificar, as ações tutelares que visavam disciplinarizar e dominar seus corpos, mentes e culturas. Isso engendrou outras formas de existência grupal entre os indígenas, que atendiam as pressões da sociedade envolvente sem ocasionar, no entanto, a perda de suas complexidades sociopolíticas e cosmológicas. Logo, a pesquisa revela, ainda de forma preliminar, o dinamismo desse quadro de relações interétnicas na Guiana indígena.

Palavras-chave: Amazônia; fronteiras; territórios; relações interétnicas; r-existências indígenas.

Abstract: The article analyzes the indigenous dynamics in the border region between Brazil and French Guiana, in the Vargas Era context (1930-1945). We aim to understand their territorial configurations and agencies in the face of state policies of occupation of the frontier backlands, in the northern Amazon. Using the sources of the Indigenous Protection Service, it measures the experiences and strategies adopted by the indigenous people of the region to reinterpret, and re-signify the tutelary actions that aimed to discipline and dominate their bodies, minds, and cultures. These factors engendered other forms of group existence among the indigenous, who met the pressures of the surrounding society without causing, however, the loss of their sociopolitical and cosmological complexities. Therefore, the research reveals, still in a preliminary way, the dynamism of this picture of interethnic relations in indigenous Guiana.

Keywords: Amazon; borders; territories; interethnic relations; indigenous r-existence.

* Mestrando em Diversidade Sociocultural – Programa de Pós-graduação em Diversidade Sociocultural do Museu Paraense Emílio Goeldi (PPGDS/MPEG), vinculado ao Laboratório de Etnologia e História Indígena (LAETHIN). Graduado em História – Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão (GEIPAM) e do Grupo de Pesquisa Diversidade e Interculturalidade na Amazônia: pesquisas colaborativas e pluridisciplinares (DINA). E-mail: emiliosilvaribeiro20@gmail.com.

Introdução

Espaço de intensas trocas e fluxos, as zonas transnacionais de fronteira na Amazônia apresentam uma rica diversidade sociocultural, que se constituiu a partir das interações e negociações, amistosas ou conflitivas, entre povos indígenas, populações afrodiáspóricas e as sociedades envolventes, coloniais e nacionais. Essas dinâmicas, construídas em um contexto de longa duração, trazem à tona outras lógicas e evidenciam a maleabilidade do espaço fronteiriço, colocando em cheque os ditames e tentativas de controle dos Estados-nação, suas pretensões geopolíticas e econômicas nesses sertões.

Conforme assinala Lucia Lippi Oliveira (1998), as categorias “fronteira” e “sertão” seriam um novo par conceitual e passariam a apresentar definições correlatas no século XX, relacionadas aos processos de construção e consolidação do Estado-nação. A fronteira enquanto limite político-administrativo do território nacional, e que se localizava nos espaços geográficos e sociais conhecidos como sertões, passou a designar também o próprio movimento de expansão do Estado, de seus centros socioeconômicos de poder para esses “vazios demográficos” que precisavam ser ocupados e incorporados às suas lógicas instrumentais, pautadas nas noções de nacionalismo e soberania.

Porém, esses processos não se desconectam dos próprios (re)arranjos que os grupos estabelecidos nas fronteiras, e seus sertões, estabelecem a partir desses contatos com os discursos e práticas dos agentes estatais. De forma criativa, transformam esse *modus operandi* do Estado-nação a partir de suas formas de expressão e sistemas sociais e políticos, conferindo outros sentidos e concepções simbólicas. Isso é evidente, sobretudo, no norte amazônico, onde os povos indígenas “constroem sua articulação com a fronteira envolvente e com a atuação de seus protagonistas” (ALBERT; RAMOS, 2002, p. 9), tomando como base as expressões cosmológicas que definem suas políticas de contato.

Uma das regiões no norte amazônico que tem suscitado importantes reflexões antropológicas é a das Guianas. Essa área etnográfica da América do Sul, segundo Júlio Cezar Melatti (2019), forma uma verdadeira ilha marítimo-fluvial delimitada pelo Oceano Atlântico e pelos rios Amazonas, Negro e Orenoco, estes últimos interligados pelo Canal do Cassiquiare, congregando povos que pertencem às famílias linguísticas Caribe, Arawak, Tupi, Yanomami etc., além de falantes de línguas “isoladas” ou crioulas.

A região das Guianas, como salienta Dominique Gallois (2005), apresenta características singulares, e muito interessantes, por conta desse mosaico de povos indígenas somado a complexidade de relações interétnicas. Estas, por sua vez, articulam intrincadas redes multicomunitárias de comunicação e intercâmbio, alicerçadas em circulações de pessoas, bens

e saberes, contextos de alianças e guerras, festas e rituais xamânicos etc., que se desenvolvem por séculos nesta região e que foram justapostas, posteriormente, aos circuitos coloniais. Especificamente sobre a fronteira Brasil-Guiana Francesa, recorte espacial desta pesquisa:

A fronteira e sua diversidade étnica, cultural e linguística é o resultado de processos de intenso contato interétnico desde os tempos pré-coloniais, ligados à expansão colonial europeia protagonizada por portugueses e franceses que, durante os séculos XVIII e XIX, mantiveram conflitos pela posse do território então denominado Cabo do Norte (hoje correspondente ao atual estado brasileiro do Amapá), que apenas terminou no início do século XX, quando em 1900 o Conselho Federal da Suíça declarou este território como parte do Brasil. Intensos processos de contato interétnico entre os povos indígenas e a situação histórica de permanecer por dois séculos fora do controle efetivo das autoridades francesas e portuguesas contribuíram para a configuração de um espaço de socialização de vários setores da população (indígenas, populações afrodescendentes e agentes coloniais) que consolidaram experiências de convivência interétnica (LÓPEZ GARCÉS, 2008, p. 79-80, tradução minha).¹

Segundo avalia a autora, apesar das arbitrariedades existentes na construção dessas fronteiras nacionais, os povos indígenas e seus demais habitantes apenas as enxergam como espaços de vida, territórios onde estes sujeitos criam laços e estabelecem suas vivências. Desta forma, essas intrincadas redes que se constroem nas regiões de fronteira emergem como fios condutores para novas investigações sócio-históricas e antropológicas, que revelam uma miríade de relações e sociabilidades erigidas nestes vastos e emblemáticos espaços. Logo, este artigo soma-se ao leque de estudos já realizados sobre os povos indígenas nas Guianas, trazendo como foco o século XX.

Aqui, busco analisar e problematizar as ações tutelares do Estado brasileiro na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, no período de 1930 a 1945. Para tanto, focalizo casos envolvendo a gestão espacial, social e econômica direcionada aos povos indígenas na região e efetivadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Pontuo, ainda, as formas da agência indígena lidas a partir da documentação oficial, e enriquecida com as análises antropológicas, para dimensionar as mediações, estratégias e territorialidades construídas, e acionadas, por esses povos nas zonas fronteiriças: “Galibis”, “Caripunas”, “Paricurás”, “Oiampis”, “Emerenhões” ou “Emerillons” e “Urukuanos” ou “Waianos”. Doravante, os tratarei no artigo com seus respectivos nomes étnicos: Galibi-Marworno, Karipuna, Palikur, Wayãpi, Teko e Wayana. Hoje, os Teko vivem apenas na Guiana Francesa.

No artigo, utilizo as fontes escritas e imagéticas que compõe o acervo microfilmado do SPI, referente à sua 2ª Inspeção Regional. Com sua sede na cidade de Belém, esta tinha jurisdição sobre os povos indígenas no estado do Pará, Território Federal do Amapá e na

fronteira com o estado do Maranhão. Destaco os documentos alusivos aos indígenas localizados no território do Amapá, cujos sertões fronteiriços eram banhados pelos rios Uaçá e Oiapoque. Quanto ao emprego direto das fontes, elas são referenciadas ao longo do texto com as seguintes siglas: SPI – Serviço de Proteção aos Índios; m. – microfilme; f. – fotograma.

Esse *corpus* documental é composto, sobretudo, de correspondências trocadas entre as distintas esferas administrativas do SPI – local, regional e federal –, bem como com outros órgãos públicos e privados. Traz um escopo de memorandos, ofícios, telegramas, cartas, relatórios, mapas, croquis, fotografias etc. Por meio de uma análise histórico-documental, que segue as considerações metodológicas² de Carlos Bacellar (2015) e é orientada pela crítica antropológica, busquei entender as lógicas e posicionamentos indígenas em face das ações exercidas sobre seus respectivos territórios e *modus vivendi*, operadas pelos atores vinculados ao Estado-nação brasileiro.

Ressalto que estes documentos, apesar dos olhares e escritas enviesados pela visão de mundo dos agentes estatais, também trazem à tona as múltiplas dinâmicas erigidas a partir do contato com o outro, indígena e não indígena, percebendo a complexidade dos processos de negociação e agenciamento indígenas gestados diante das ações de dominação tutelar do contexto investigado. Para tanto, é imperativo “reler a fonte a partir de uma perspectiva crítica, num movimento de ‘desconstrução’ da parte histórica, retirando do exposto, o não expresso, a fala submersa, a entrelinha, as intenções” (FREITAS, 2004, p. 183). Ou seja, escutar essas vozes indígenas que se levantam dos silenciamentos e passam a reverberar nessas fontes oficiais.

A escrita, ao ser posta em perspectiva, desvela aspectos da oralidade colhida entre os indígenas e utilizada, em muitos casos, para embasar o conjunto discursivo de determinado documento, permeando-o igualmente. Tangenciando essas oralidades, inter cruzadas com os dados etnográficos, é possível dimensionar os fios das cosmologias indígenas que movem suas agências de contato e permanecem espalhados na memória coletiva destes grupos, compondo seu aparato mítico-histórico.

Para alcançar estas perspectivas outras, empreguei como base reflexiva a noção de *r-existência*, teorizada por Carlos Walter Porto-Gonçalves, que permite traçar caminhos emancipatórios para a prática historiográfica da História Indígena hoje. Seguindo a linha de pensamento do autor, a *r-existência* é concebida enquanto processos de ação e reação simbólicas as tentativas de enquadramento colonial dos padrões cognitivos de populações nativas e subalternizadas, no intuito de sobrepôr e desestruturar as redes de saberes e sentidos preexistentes nos vários territórios usurpados pelos europeus após 1492:

Afinal, entre nós, a colonialidade sempre fez parte de nossa formação moderna, desde o exclusivo colonial às políticas de ajuste estrutural e à dívida eterna. Mas dizer colonialidade é dizer, também, que há outras matrizes de racionalidade subalternizadas resistindo, r-existindo, desde de que a dominação colonial se estabeleceu e que, hoje, vêm ganhando visibilidade. Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age *entre* duas lógicas (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165, grifos do autor).

Deste modo, é contundente focalizar as estratégias e dinâmicas utilizadas por estes grupos para engendrar outras formas de existência cotidiana, que não afetam de forma radical suas completudes sociocosmológicas e que atendem, ao mesmo turno e de forma aparente, as pressões da sociedade moderno-colonial hegemônica e seu regime egocêntrico de conhecimento racionalizado. Neste ponto, avalio que o debate decolonial torna-se um escopo indispensável para analisar o contexto histórico do SPI e a documentação de seu acervo, estendendo-se para outras investigações em História Indígena, por conclamar vozes e cosmologias que trazem vida às pesquisas sobre povos indígenas, enquanto principais sujeitos e interlocutores de suas próprias histórias.

Com isto, propus tangenciar outras realidades quanto ao recorte espacial e cronológico proposto, para entender este período a partir de uma perspectiva que relativize a atuação do Estado, e do SPI, à luz das próprias agências indígenas. A pesquisa também possibilita compreender, quando comparada com outros estudos, pontos de confluência que ligam os casos analisados com outros episódios vivenciados por povos indígenas na Amazônia, e em outras regiões, no tocante aos meandros da construção de territórios e identidades nesse panorama de exercícios tutelares durante o século XX.

O Serviço de Proteção aos Índios e os povos indígenas na Era Vargas: políticas, discursos e práticas tutelares

Criado em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios foi o primeiro órgão estatal a “estabelecer relações de caráter puramente laico com os indígenas” (LIMA, 1995, p. 11), realizando o trato direto com aqueles povos e exercendo sobre eles um poder tutelar. Segundo Antonio Carlos de Souza Lima, o SPI foi organizado em inspetorias e postos indígenas, respectivamente unidades administrativas em âmbito regional e local, implantados em diversos pontos do território nacional. Eles aplicavam os planos de *atração e pacificação* entre os povos indígenas contatados pelo órgão, os quais são elementos estruturais para a caracterização do

poder tutelar e das modalidades de conquista que se instituíram na política indigenista republicana.

Somado a estes dois elementos, a *assistência* é outro aspecto marcante no exercício tutelar do SPI. Ela visava impor aos indígenas, a partir do contato e das vivências nos postos, um padrão moderno-ocidental de vida sedentarizada que:

[...] recobria o conjunto de dispositivos e técnicas que visavam transformar os povos nativos “capturados” pela malha administrativa em produtores rurais para sua auto-subsistência, para manutenção da presença do *Serviço* e para comercialização de excedentes da produção agrícola a serem progressivamente obtidos (LIMA, 1995, p. 182-183, grifo do autor).

Até 1930, verificou-se que o SPI e a política indigenista republicana estavam em franco processo de expansão e consolidação, dada a quantidade de unidades espalhadas pelo país. No entanto, por ser um aparelho estatizado, o Serviço de Proteção aos Índios precisou acompanhar as mudanças organizacionais da máquina pública operadas ao longo da Era Vargas, afinando-se as políticas e aos debates ideológicos que pululavam o contexto e que refletiam nas suas ações e diretrizes institucionais, sem perder de vista, é claro, as dimensões gerais do exercício tutelar: conquistar, atrair, pacificar e assistir.

A “Revolução” de 1930 assinalou uma nova trajetória para o SPI. Almejando uma renovação das estruturas estatais então estabelecidas ao longo da Primeira República, o Governo Provisório de Vargas desvinculou o SPI do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) e o remanejou, em novembro de 1930, para o recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, “juntamente com todos os demais serviços responsáveis pela tarefa de controle da mão-de-obra” (LIMA, 1995, p. 252). No entanto, o SPI ficou sem visíveis atribuições políticas e sofreu uma verdadeira implosão, devido ao decréscimo de suas unidades em território nacional. Por conta disso, o SPI passaria a compor as fileiras organizacionais de outro ministério, em meados de 1934.

A partir deste ano, o SPI foi integrado, como departamento, na Inspetoria Especial de Fronteiras, e ficou subordinado ao Ministério da Guerra (MG). De acordo com os políticos e outros signatários do órgão que fizeram a proposta de mudança, o SPI possuía como principal diretriz um pensamento que relacionava o acesso, controle e vigilância do território nacional com o trabalho de proteger, assistir e nacionalizar os indígenas:

[...] com a associação imaginária, de fato preexistente, entre *fronteiras*, *sertão* e *índios*, fruto do processo de fuga das populações nativas e das investidas dos conquistadores, o Exército era a força capaz por excelência, de realizar a dupla tarefa aí envolvida de controlar povos e, por meio deles, discriminar espaços. Sua urgência cresceria, face à “indefensibilidade” dos *sertões* diante de

exploradores estrangeiros dos recursos naturais existentes em zonas habitadas por povos nativos (LIMA, 1995, p. 274, grifos do autor).

A prerrogativa acima justificaria a migração do SPI para o MG e a inserção militar nos quadros organizacionais do órgão, reafirmando os diálogos entre o indigenismo republicano, as esferas políticas e as forças militares. Como afirma José Murilo de Carvalho, a aliança construída entre Getúlio Vargas e os militares, desde 1930, teve grande importância para alicerçar uma imagem política sobre ambos, e a interdependência para permanecer nos postos decisórios de poder. Tanto que os militares auxiliaram Vargas a tomar o poder em 1937 e estabelecer sua ditadura. “Consolidou-se nesse momento a criação mútua, como atores políticos, de Vargas e das Forças Armadas. As últimas surgiram como contrapeso às oligarquias, que foram, concomitantemente, desconstruídas como atores hegemônicos no cenário nacional” (CARVALHO, 1999, p. 342).

Assim, foi sendo afinado um perfil estatal autoritário que se acentuou a partir de 1937, com a instauração do Estado Novo. Perdurando até 1945, esse regime centralizador e ditatorial seria responsável por consolidar a totalidade institucional do Estado-nação e suas forças hegemônicas de repressão e controle sobre as demais classes políticas e sociais do país. Tendo em vista este panorama, as ações do Serviço de Proteção aos Índios seriam retomadas com um fôlego parecido ao do período em que o órgão estava vinculado ao MAIC, ampliando a malha de unidades que colocariam em prática os desígnios tutelares.

Neste turno, também foi adicionada uma nova categoria ao rol de elementos estruturantes do exercício tutelar junto aos povos indígenas: a *nacionalização*. Buscando incutir nos indígenas os traços identitários e os sentidos de pertencimento à comunidade nacional, para trazer à tona seu potencial para servir a pátria brasileira, a nacionalização:

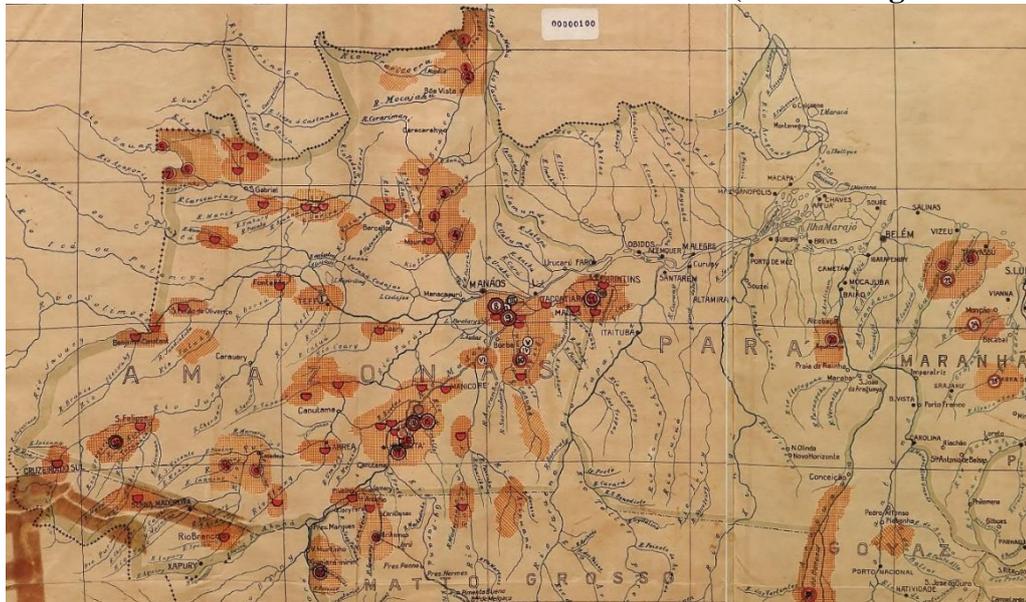
[...] no tocante aos *índios* designava um conjunto de tarefas associadas, sobretudo, a procedimentos pedagógicos em sentido mais estrito (com destaque para o treinamento militar) e articular-se-ia a uma classe de *postos* que perduraria à situação do *Serviço* dentro do MG, embora neste regulamento elas se associassem diretamente a um outro termo – o de *vigilância* – aplicado ao espaço e às populações nele desligadas da malha administrativa (LIMA, 1995, p. 280, grifos do autor).

Destarte, é inegável dimensionar a importância que foi dada pela administração varguista aos povos indígenas habitantes das fronteiras, encarados como protetores naturais daqueles longínquos, e desguarnecidos, sertões. A utilização deles para garantir o domínio e a defesa de territórios é visualizada, e estimulada, desde os primórdios da colonização da América Portuguesa, aparelhada na legislação indigenista coligida (PERRONE-MOISÉS, 1992). No panorama republicano que se segue, das décadas de 1930 e 1940, observo o maior

direcionamento das políticas indigenistas para as regiões de fronteira do norte amazônico, que não foram alvos centrais no contexto anterior de ações do Serviço de Proteção aos Índios.

Na região amazônica, conforme podemos observar na figura 1, os direcionamentos iniciais do SPI foram para áreas onde havia grande concentração indígena, nos atuais estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia; ou ainda, em regiões consideradas estratégicas, cuja intensificação das atividades econômicas demandava a pacificação dos grupos indígenas: fronteira Pará-Maranhão, centro-sul maranhense e ao longo da Estrada de Ferro Alcobaça, no rio Tocantins-PA. Nenhuma unidade do órgão, entretanto, foi estabelecida na região de fronteira com a Guiana Francesa, ou com o Suriname (antiga Guiana Holandesa), tendo apenas ações pontuais de inspeção até então.

Figura 1: Unidades do SPI em território nacional até 1930 (detalhe: região amazônica)



Fonte: SPI. *Registro Geral Material I.R. 2*, 1949-1950. M. 300, f. 100-103.

Em vistas disto, aqui elenco as estratégias adotadas para assegurar o controle da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa após 1930: a manutenção de destacamentos do SPI no Amapá, especialmente junto aos rios Uaçá e Oiapoque, e a utilização eficaz dos indígenas que habitavam estas regiões. No discurso estatal do órgão, esses povos poderiam defender legitimamente aquele território, mas somente após passarem por um intenso processo de nacionalização, operado por seus agentes.

Os indígenas e os sertões do norte amazônico: planos de nacionalização da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa

É nesse cenário, anteriormente explanado, que se localizam as primeiras incursões sistemáticas do SPI à região do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa. Área historicamente disputada entre brasileiros e franceses, a mesma recebeu incentivos migratórios e constantes inspeções pelos militares durante a segunda metade do século XIX, intensificando-se ao longo da Primeira República, principalmente com a criação e manutenção da colônia agrícola de Clevelândia (RODRIGUES, 2016). No entanto, as ações do SPI para utilizar os indígenas na ocupação e proteção daquelas terras foram iniciadas, somente, em meados da década de 1930, após sua consolidação nos quadros funcionais do Exército.

Isto é verificado através do diário do major Luiz Thomas Reis que, em 1936, realizou missão de inspeção no vale do rio Uaçá, identificando os indígenas que ali viviam. Um dos principais objetivos dessa missão, escreveu o major, era de estudar aqueles grupos e avaliar “possibilidades de nucleação dos índios do vale Uaçá numa povoação única e o aproveitamento deles, como guardas de fronteiras, mediante uma educação apropriada” (SPI. *Diário do Serviço de Inspeção da 2ª Turma ao Vale do Rio Uaçá*, 03 de dezembro de 1936. M. 86, f. 926). Entre os povos contatados estavam os Karipuna do rio Curipi, os Galibi-Marworno do rio Uaçá e os Palikur do rio Urukauá.

Ao chegar a cada localidade, o militar convocava a população indígena residente e a reunia para inquirir cada pessoa, especialmente as do sexo masculino, sobre a situação das aldeias e o interesse em serem instruídos e prestarem serviços militares na região, como soldados da fronteira. As respostas que este recebeu dos indígenas, em seus vários “interrogatórios”, todavia, foram pouco satisfatórias.

Os Karipuna foram os primeiros contatados durante a inspeção, e que Luiz Thomas Reis classificou como “os mais adiantados da região” pois falavam muito bem o português e possuíam hábitos civilizados, mas ainda eram indígenas. Habitantes do rio Curipi, tinham uma aldeia estabelecida no monte Taminã, na margem direita do rio, e outra no monte Karipurá, localizado às margens do igarapé de mesmo nome, afluente do Curipi pela margem esquerda. Possuíam uma população total de 200 pessoas distribuídas entre as duas aldeias. O major inquiriu alguns indígenas: Manoel Primo, Raimundo Fortes, Fernando Anicá, os chefes/caciques major João Fortes e capitão Julio Gomes, entre outros. Todos responderam negativamente quanto ao ingresso nos serviços militares de inspeção da fronteira, não desejando deixar suas terras (SPI. *Diário do Serviço de Inspeção da 2ª Turma ao Vale do Rio Uaçá*, 03 de dezembro de 1936. M. 86, f. 926-929).

Ao sair do Curipi, Luiz Thomas dirigiu-se ao médio curso do Uaçá, acima dos igarapés Kumarumã e Kaimã, no chamado posto de Santa Maria, onde foi instalada uma escola e se

concentravam os Galibi-Marworno, contando com 187 pessoas. Estes, o mesmo categorizou, eram menos civilizados que os Karipuna pois “ainda pintam um pedaço da cara de rouge urucum, e usam muitos berloques e colares [...]”, além da maioria falar o francês da Guiana. Ao conversar com os indígenas ali reunidos, sobretudo o ex-chefe Evaristo Emilio Chinois e os atuais, o major Jeannete Alexandre e o tenente Camilo Narciso, eles se mostraram reservados sobre o assunto, tendo alguns afirmado “que defenderiam a terra quando fosse preciso, contanto que lhes fossem dados recursos em armas e instruções” (SPI. *Diário do Serviço de Inspeção da 2ª Turma ao Vale do Rio Uaçá*, 03 de dezembro de 1936. M. 86, f. 930-933).

Por fim, o major rumou para o rio Urukauá, onde moravam os Palikur. No caminho, se deparou com alguns Palikur descendo o Uaçá, em direção ao posto aduaneiro em Demonty, na boca deste rio. Sobre estes indígenas, o major constatou que:

[...] encontravam-se em estado de educação muito atrasada, ainda, com hábitos quase primitivos, usando muito urucum, pouca roupa e não abandonando suas flechas. Nesse estado moral, pouco se pode esperar da cooperação deles para qualquer serviço que dependa de princípios de responsabilidade (SPI. *Diário do Serviço de Inspeção da 2ª Turma ao Vale do Rio Uaçá*, 03 de dezembro de 1936. M. 86, f. 934).

Assim, desistiu de averiguar o interesse deles quanto aos serviços de inspeção da fronteira e apenas colheu algumas informações sobre esse povo, cujas aldeias se dispunham nos montes Tipoca e Cupi, respectivamente nas margens direita e esquerda do rio Urukauá. Estas contavam com uma população de 151 indígenas, todos com nomes de origem francesa, mais 20 famílias que se encontravam ausentes. De acordo com Luiz Thomas, os Palikur entendiam bem o francês, mas falavam mesmo em “argot”, uma língua característica dos crioulos da Guiana (SPI. *Diário do Serviço de Inspeção da 2ª Turma ao Vale do Rio Uaçá*, 03 de dezembro de 1936. M. 86, f. 934-935).

Na aldeia do monte Tipoca, residiam os chefes major Audice Flot, tenente Guillaume Laboneté e o tenente comissário Maxilien. Na aldeia do monte Cupi, habitava o chefe Palikur capitão Serenice Yoyô. Este informou ainda ao major Thomas sobre as 9 famílias Palikur que moravam no Urukauá e que se mudaram para o território francês da Guiana. Conforme lhe contou o capitão Serenice “Essas famílias vivem na Guiana, das suas roças e do produto da pesca, não estando no Urukauá porque não há ali recursos suficientes para todos” (SPI. *Diário do Serviço de Inspeção da 2ª Turma ao Vale do Rio Uaçá*, 03 de dezembro de 1936. M. 86, f. 935).

Isto, de uma forma, justificava os deslocamentos Palikur entre o rio Urukauá e a Guiana Francesa, e vice-versa, pela busca de recursos para a subsistência dos grupos familiares.

Segundo avaliam Dominique Gallois e Denise Grupioni (2003), esse padrão de ocupação e manejo do território era comum aos diversos povos indígenas daquela região, que mesclava formas de ocupação concentradas e extensivas para garantir as provisões e evitar esgotamentos de caça, pesca e outros recursos necessários para sua reprodução social e cultural. Especificamente nesse caso dos Palikur, essas relações de trânsito pelo território têm também uma explicação mítica, a partir da Cobra Grande.

Como expõe Lux Vidal (2007), na versão Palikur desse mito, narrada por Manoel Labonté, um dos índios arma uma armadilha e mata o casal monstruoso de Cobras, bichos/gente que faziam muita gente desaparecer, os puxando para o fundo, “seu mundo”. Temendo vingança, vai junto a seu irmãozinho se refugiar no oceano, em um lugar distante chamado “Mavô”, que seria um lago. Depois de um tempo, ele retorna para se despedir de sua família no Urukauá: “Vou para um lugar muito longe. Trabalhem bem aqui, com carinho. Eu vou sempre me lembrar de vocês” (VIDAL, 2007, p. 19). Deste modo, as dinâmicas de dispersão Palikur entre Brasil e Guiana Francesa visavam preservar esses laços míticos com seu território tradicional, que englobava ambos os lados da fronteira e eram acessados por caminhos na floresta, pelos rios e pelo mar.

O diário de Luiz Thomas Reis ainda apresenta outras informações pertinentes sobre os indígenas do Uaçá, o que lhe confere um potencial etnográfico interessante. Entre os registros, saliento as colocações feitas pelo militar com relação às dinâmicas políticas da chefatura indígena entre os Galibi-Marworno e às consequências internas que determinadas mudanças nas lógicas do poder local poderiam acarretar ao grupo:

Outubro 7 – Iniciei o serviço logo cedo, com o grupo de índios do local e dos que chegaram com o Tenente Narciso e o ex-chefe Chinois, grupo de marcada preponderância na população Galibi. Pelas informações que ia tomando notei estarem os Galibi desunidos, afeitos de providências mal tomadas por um ex-funcionário do Estado investido pelo Ministério do Trabalho de inspetor de índios de Uaçá. Assim nomeou ele, por escrito, outros chefes, destituindo deste posto o que havia antes, de nome Chinois. Resultou mudarem-se os partidários deste para outro local e organizarem a sua vida à parte. O centro neutro continuou residindo em St. Maria e os novos chefes subiram o rio para se instalarem em outras ilhas. De modo que assim desarticulados, os Galibi não constituem uma gente de ação, podendo dizer-se que estão ao desamparo (SPI. *Diário do Serviço de Inspeção da 2ª Turma ao Vale do Rio Uaçá*, 03 de dezembro de 1936. M. 86, f. 930).

Ao destituir o antigo chefe e nomear novos sujeitos para ocupar a função, aquele servidor haveria provocado uma cisão entre os Galibi-Marworno, cujos os grupos passariam a habitar em outros lugares. Isso, para o major, provocava um enfraquecimento da unidade local em virtude de sua dispersão por aquela área, prejudicando a defesa em casos de invasões

estrangeiras. Na visão do major, o funcionário pecou ao impor uma ruptura drástica quanto à troca dos chefes, tendo em vista que “admite-se que uma autoridade tome iniciativa sobre os índios e suas atividades, mas conservando as velhas tradições da tribo com seus chefes e seus costumes [...]” (SPI. *Diário do Serviço de Inspeção da 2ª Turma ao Vale do Rio Uaçá*, 03 de dezembro de 1936. M. 86, f. 932).

Entretanto, outras interpretações devem ser inseridas nesse panorama. Primeiro, deve-se entender que os conflitos, na perspectiva indígena, comumente são gestados para trazer nova dinamicidade à organização sócio-espacial dos grupos étnicos. Seguindo as clássicas colocações de Roberto Cardoso de Oliveira (1996), as relações instituídas de forma assimétrica entre indígenas e não indígenas e visualizadas através dos aspectos do conflito, decorrente de sucessiva fricção interétnica, também estão circunscritas em processos endógenos de mudança e manutenção das estruturas socioculturais.

Deste modo, as disparidades e/ou rivalidades entre determinadas unidades familiares resultam na dispersão dos grupos e criação de novas aldeias. No caso registrado, a “cisão” dos Galibi-Marworno possibilitou a ocupação de outras “ilhas”, como são denominados os espaços de terra firme que se encontram em meio aos trechos pantanosos e alagadiços do vale do Uaçá, ampliando sua área de influência, que passava a englobar também as margens do rio Tapamuru, e auxiliando em um controle efetivo do território étnico e de seus recursos.

Em segundo lugar, é preciso problematizar essa questão da chefia indígena no horizonte cosmológico das terras baixas da América do Sul, especificamente nessa região etnográfica. Conforme aponta Rogério Duarte do Pateo (2005), ao analisar aspectos sociopolíticos das redes guerreiras de alianças multilocais, o sentido de um “poder nativo” entre os grupos da Guiana indígena se constituiu em torno de duas importantes esferas: guerra e xamanismo. De forma distinta aos ocidentais, e aqui dialogo com o pensamento de Pierre Clastres (2017), o sentido de poder entre os povos indígenas não trata de desenvolver um controle hegemônico, coercitivo, de um sujeito sobre o outro, seja ele humano ou não humano, mas de buscar acordos e cooperação, em um processo que não leva à dominação.

Nesse sentido, o “chefe” guerreiro atua incisivamente no meio social, apaziguando e organizando questões internas, bem como aquelas exógenas que se relacionam com outros grupos que estes tenham contato. Enquanto isso, o “chefe” xamã administra um plano que ultrapassa os limites do humano e se desloca para a imanência do mundo sobrenatural. Esse outro chefe media e traduz uma série de relações erigidas entres as dimensões do humano e do

não humano, estabelecendo pontes de diálogo que auxiliam na manutenção do equilíbrio entre essas forças (CUNHA, 2017).

Ao mediar os conflitos e construir alianças, o xamã, ou pajé, se transporta para o mundo espiritual e passa a ser um deles, metamorfoseando seu corpo e adquirindo outro ponto de vista, outra perspectiva de mundo (VIVEIROS DE CASTRO, 2018). Assim, a partir dessas colocações, indago que o xamã detém entre as sociedades indígenas um “poder” legítimo, desenvolvido através desses contextos de diálogo e cooperação, devido seu papel como um agente cosmopolítico. Cabe frisar, ainda, que em determinados casos temos evidenciada a junção de ambas as funções da chefia na figura do xamã.

Isto se constrói, enfatiza Ugo Maia Andrade (2018), devido aos múltiplos deslocamentos realizados pelos xamãs amazônicos, que transitam nos planos oníricos (invisíveis) e sociais/físicos (visíveis). Esses movimentos lhe conferem muito poder e um papel agregador e dinamizador no exercício prático e retórico das relações entre humanos e não humanos, que articula saber ritual e potência política e delimitam:

[...] a função precípua cosmopolítica de um xamã, a exemplo do curaca, do tuxaua, do messias e de todos os líderes indígenas político-religiosos que, usando o xamanismo como esquema cognitivo de explicação/interpretação de um mundo em devir onto-histórico, guiaram o destino de comunidades inteiras (ANDRADE, 2018, p. 222).

Esse era o caso de nosso personagem histórico, Evaristo Chinois, segundo aponta o autor: um grande cacique e poderoso pajé do povo Galibi-Marworno. E mesmo sendo destituído do posto institucional de chefia, quando da nomeação e oficialização pelo SPI desses novos chefes locais, permaneceu exercendo seu papel endógeno de líder político e xamã, ainda que de maneira invisibilizada para os agentes estatais.

Tendo em vista as questões observadas pelo major anteriormente, este concluiu que os indígenas assentados no rio Uaçá e em seus afluentes, e por ele contatado, ainda não possuíam condições para seu aproveitamento como guardas da fronteira, exercendo tal papel apenas em suas próprias terras. Para potencializar isto, era imprescindível que o SPI se instalasse efetivamente na região e guiasse aqueles indígenas. A assistência oficial, afirmou ele, poderia inculcar paulatinamente o sentimento positivo acerca dos serviços de inspeção daquela fronteira, por intermédio da inclusão deste assunto nas escolas e de outras pedagogias cotidianas que endossassem a militarização dos indígenas.

Assim, a região de fronteira Brasil-Guiana Francesa, no trecho entre o Uaçá e o Oiapoque, tornou-se alvo central da administração indigenista, que passaria a enfatizar a necessidade de postos que fiscalizassem os indígenas, e os “crioulos” franceses que por aquelas

terras circulavam francamente, e exploravam ouro em garimpos existentes nas cabeceiras dos rios Araguari e Oiapoque:

O Oiapoque é uma das regiões do Estado, que a muito reclama a ação do S.P.I. Ali habitam diversas tribos de índios semicivilizados, aguardando que o Governo faça chegar até eles a proteção oficial, para ingressarem na comunhão nacional.

[...] A instalação de um posto nessa região, levaria os índios a assistência que aguardam, tornando-os, em breve, libertos das explorações de que são vítimas. Sendo o Oiapoque zona fronteiriça, a atuação do S.P.I. muito concorreria para a nacionalização e progresso daquela região (S.P.I. *Situação dos postos indígenas no Pará*, 25 de abril de 1939. M. 86, f. 698-699).

A presença do SPI na fronteira do Oiapoque, através do estabelecimento de uma das unidades do órgão, ajudaria a inibir essas incursões perpetradas também por autoridades e soldados franceses, os quais tentavam “arrebatar” os indígenas brasileiros para a Guiana. Com relação a isto, destaco um episódio ocorrido em 1939: uma denúncia feita por indígenas da etnia Teko ao então delegado do SPI no Oiapoque, o senhor Eurico de Melo Cardoso Fernandes. Os mesmos alegavam que haviam sido coagidos por soldados senegaleses, a mando do sr. Boup – autoridade francesa –, para que se dirigissem para a Guiana Francesa e caso não quisessem ir pacificamente, seriam levados “a bala”.

Ao saber do acontecido, Eurico Fernandes encaminhou-se até as autoridades no lado francês para pedir explicações. O administrador francês sr. Dubois disse que o procuraria no dia seguinte, na vila do Espírito Santo, e esclareceria a situação. Do relato da conversa, elenco o seguinte trecho:

Alegou o sr. Dubois que os referidos índios eram franceses e que o governo francês pretendia retirá-los do Oiapoque a fim de localizá-los no rio Aproague, e que quanto à vinda ao lado brasileiro de autoridades francesas e soldados, não era verdadeiro. Chamei os índios à nossa presença e os mesmos declaravam ser brasileiros e se por várias vezes tinham trasposto a fronteira é porque desconheciam a mesma e era seu costume ir onde lhes agradava, mas agora reconhecendo a diferença dos povos e sabendo que os seus maiores eram do Brasil, há dois anos já que resolveram deixar o nomadismo e localizar-se na margem brasileira do Oiapoque, aonde eram protegidos e amparados pela Delegacia do Serv. Prot. aos Índios, que os brasileiros eram bons, não procediam como os franceses e que eles como brasileiros que eram não iam para o Aproague e sim ficariam no Brasil e declaravam mais na presença do sr. Dubois, que o sr. Boup continuava subindo o Oiapoque em direção às demais aldeias do alto e do Araguari e Jari, a fim de prender índios e trazê-los para a Guiana (S.P.I. *Relatório de ocorrências*, 28 de agosto de 1939. M. 86, f. 897).

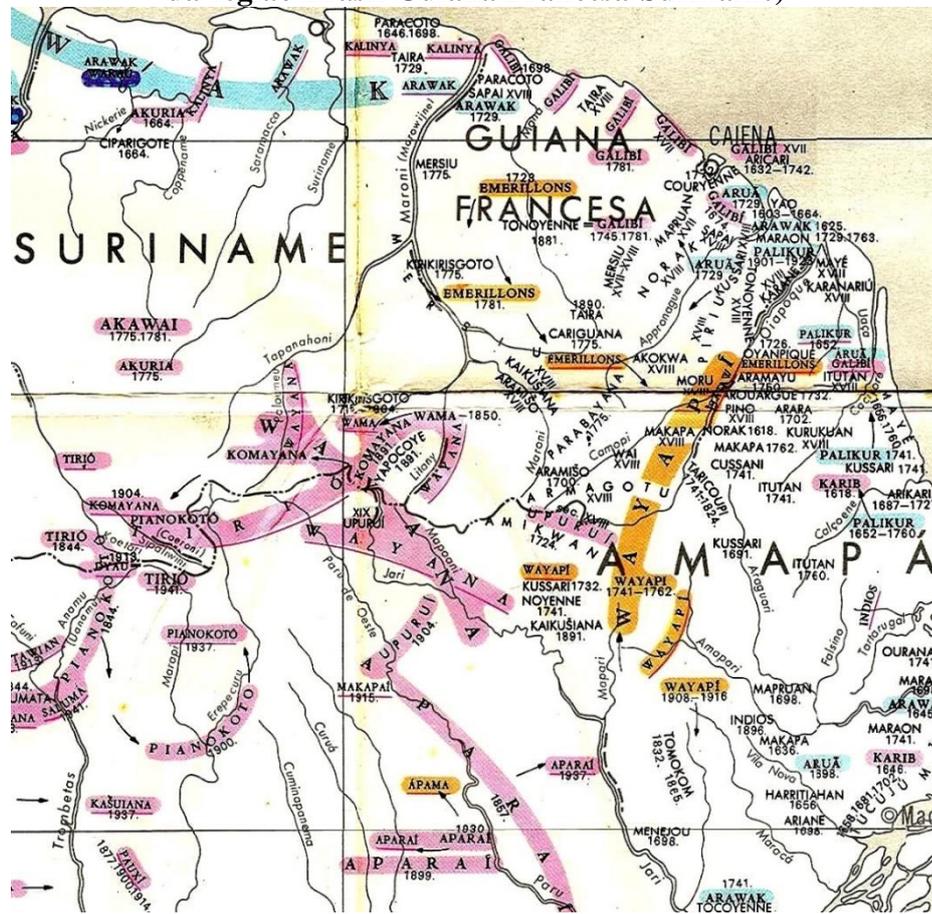
Ao analisar essa “fala” dos Teko, apesar dos enviesamentos existentes na mesma, por conta das expectativas evasivas que o Estado esperava de suas respostas, explícito duas questões inter-relacionadas que desvelam aspectos da agência indígena desse povo Tupi, ligados as suas

lógicas sócio-espaciais e cosmopolíticas. O primeiro ponto diz respeito ao seu território tradicional e, por extensão, a sua territorialidade. E o segundo, relaciona-se aos mecanismos adotados pelos Teko quanto ao seu enquadramento às nacionalidades circundantes (brasileira ou francesa), que igualmente incidem sobre seu território, sem afetar profundamente, no entanto, a identidade étnica do grupo.

Ao estudar os Tikuna da tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, Claudia Lopéz Garcés (2014) discute e problematiza os processos de imposição de nacionalidades sobre a identidade sociocultural deste povo indígena, dentre outros elementos que auxiliaram em sua compreensão acerca das organizações étnicas Tikuna. Focalizando o período em que os limites territoriais entre as três nações começaram a se consolidar, no alvorecer do século XX, a autora aponta para o processo de militarização da região e de nacionalização – “brasileirização”, “colombianização” – dos povos indígenas situados naquelas zonas para reforçar, respectivamente, cada domínio nacional. Os Tikuna, por seu turno, passaram a administrar essas outras identidades e utilizá-las como estratégia cosmopolítica para salvaguardar seu “direito” de permanecer naquela região transfronteiriça e manter, de forma invisibilizada, os trânsitos em seu território étnico.

Neste horizonte, os Teko, como outros povos indígenas em áreas transfronteiriças, foram inseridos em um quadro de fortes disputas e políticas estatais de controle e desenvolvimento direcionadas à essa região. Entretanto, eles não ficaram alheios ao processo, muito menos foram vítimas dessas engrenagens do colonialismo, e buscaram estabelecer as alianças que oferecessem, em seu entendimento, condições favoráveis para manter suas dinâmicas locais. Por meio do mapa elaborado por Curt Nimuendajú (1982), observo que os Teko habitavam em grande parte do território da Guiana Francesa, indo até a região de fronteira no Oiapoque.

Figura 2: Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes (detalhe: povos indígenas da região Brasil-Guiana Francesa-Suriname)



Fonte: NIMUENDAJÚ, 1982.

No lado brasileiro da fronteira, já apresentei os paradigmas de nacionalização que eram exercidos pelo Serviço de Proteção aos Índios nesse período. Já no caso da Guiana Francesa, temos evidenciada uma outra realidade que configurava as práticas de nacionalização projetadas pela administração francesa, e que não diferiam tanto daquelas em território brasileiro:

Na França da década de 1930 foi decretada a criação do território Inini, implementando um regime especial que reconhecia os cimarrones afrodescendentes e os povos indígenas da Guiana como nações sob a proteção do estado francês. O regime de Inini, em vigor até 1969, estipulava a não intervenção do Estado nos assuntos indígenas, deixando sua administração e organização nas mãos de seus próprios líderes e respeitando seu direito consuetudinário em matéria civil, mas sujeitando-os ao direito penal do Estado francês, além de promover políticas educacionais integracionistas baseadas na alfabetização da língua francesa e na criação de escolas que funcionavam sob o sistema de internato (LÓPEZ GARCÉS, 2008, p. 83, tradução minha).³

Este regime se comportava de forma paradoxal, ao passo que enfatizava a não intervenção estatal sobre os povos indígenas, por exemplo, mas direcionava medidas de integração para aquelas populações que estavam sobre a “proteção” do Estado. O território do Inini também apresentava outra dimensão, com finalidade administrativa e econômica. Segundo frisa Hugues Vallot (2017), o litoral da Guiana Francesa tinha uma população expressiva e uma economia estruturada no regime de plantações, que era dinamizada com as atividades ligadas à extração garimpeira no interior, a qual envolvia indígenas e não indígenas. Para melhor administrar essas penetrações nos espaços interioranos, empreendeu-se na Guiana Francesa a criação do território do Inini:

[...] com o objetivo de controlar melhor as concessões garimpeiras e a população que se vinculava a essa atividade. Esse território tornou-se a primeira administração do interior. Até sua criação, esta imensa área só era frequentada por aventureiros, muitos deles animados pela febre do ouro. O Território do Inini foi colocado sob o controle do Governador e da *gendarmerie*. A Administração não intervinha na vida das aldeias, já que os povos indígenas eram vistos como povos independentes sob protetorado e, por conseguinte, continuavam regidos pelos costumes de cada um (VALLOT, 2017, p. 103, grifo do autor)

Ainda que se traga a prerrogativa de não intervenção nas aldeias indígenas na Guiana Francesa, porém, a interferência de administradores franceses era constante, conforme enfatizado no documento analisado anteriormente e em outros do SPI. Assim, verifico que a estratégia do governo francês em reunir e agrupar indígenas na região do rio Aproague era plausível aos intentos da administração colonial que buscava conciliar essas práticas de integração aos planos de desenvolvimento econômico no território ultramarino da Guiana. No entanto, os Teko que habitavam as margens do Oiapoque não viam benefício nisso, pois seriam obrigados a abandonar as terras que ocupavam ancestralmente, provocando agravantes para sua manutenção sociocultural e étnica.

Ao se declararem brasileiros, os Teko utilizaram esta identidade nacional, portanto, para salvaguardar seu “direito” de permanecer no Oiapoque, ainda que na margem brasileira do rio. Este posicionamento possibilitava que fossem mantidos nesse espaço onde, naquele momento, haviam criado aldeias, plantavam roças e manejavam os recursos florestais necessários para sua sobrevivência e reprodução cultural. Em sua tese de doutoramento, Isabelle Tritsch (2013) salienta que a lógica Teko de ocupação territorial estava vinculada a mobilidade cíclica de suas aldeias, que possuíam populações relativamente pequenas e cujos deslocamentos no território se davam por razões culturais e, sobretudo, ecológicas:

A caça e, em uma segunda medida, o abate, condicionam as estratégias de ocupação territorial dos Wayãpi e Teko: as aldeias são transferidas para novas

áreas de multi-exploração quando uma diminuição nos rendimentos da caça e a disponibilidade de boas terras agrícolas é sentida (TRITSCH, 2013, p. 108, tradução minha).⁴

Porém, ressalto, essas migrações e circularidade dos Teko, e também dos Wayãpi, cria um vasto território étnico que engloba os rios Oiapoque, Camopi, Aproague, Inini e Tampok. A transformação do espaço geográfico em território étnico, assinala Paul Little (2002), se engendra através desses processos de ocupação, controle e manejo dos recursos ambientais, que territorializam as relações e simbolicamente demarcam laços afetivos com a terra, ativando os sinais diacríticos da identidade. Estes, por sua vez, produzem e acionam a territorialidade, enquanto processo histórico de ocupação territorial e recurso político para sua defesa. Essa territorialidade Teko no alto Oiapoque seria posteriormente utilizada pelo SPI, para legitimar sua presença por meio de um posto indígena e a necessidade de terras para sedentarizar esse grupo tupi.

Além dessa região entre o Uaçá e o Oiapoque, era preciso também estender a rede de atuação do SPI para as outras zonas da fronteira com a Guiana Francesa, no caso a existente no norte do estado do Pará. Nessas regiões, verificava-se as mesmas medidas para cooptar os indígenas para o lado francês, que aqui se fortalecem por estarem mais distantes do controle direto do Estado brasileiro, por intermédio do órgão indigenista:

O posto destinado ao rio Paru assistirá aos índios Aparai aldeados no médio Paru. Além desses, existe também os Wayana e os Tiriyo aldeados no alto rio, isto é, nas fronteiras. Segundo informações fidedignas que nos foram prestadas, o S.P.I. encontrará no Parú dois grandes fatores que muito concorrerão para entrevar o êxito da sua missão: a quase inavegabilidade do rio devido à grande quantidade de cachoeiras e a concorrência dos franceses que com o feito de atrair os índios para além da fronteira, fazem a estes grande distribuição de brindes (SPI. *Memorando que apresenta sugestões para a reorganização da Inspetoria do Pará*, 27 de novembro de 1939. M. 86, f. 798).

O controle dessa fronteira e a assistência aos indígenas será melhor administrado com a criação do posto indígena Luiz Horta, na margem do rio Oiapoque, já no contexto institucional de 1940. Mesmo com o SPI revigorado e em franca consolidação de sua política indigenista, porém, houve limitações institucionais impostas pela ação dos militares e do próprio MG. A maior delas se relacionava a gestão dos territórios habitados por indígenas, que figurava nas diretrizes centrais que regiam a política do SPI nesse período. Uma tentativa de normatizar e administrar esses espaços foi esboçada pelo órgão nesse contexto, mas sem sólidos resultados, pois não era a expertise do MG. A partir de novos acordos e entendimentos políticos acerca da atuação do Serviço de Proteção aos Índios, este foi aparelhado ao renovado Ministério da Agricultura (MA), em 1940.

Colonizar, produzir e desenvolver: sobre postos e “reservas” indígenas nas bacias do Uaçá e Oiapoque

Com a passagem do SPI para o Ministério da Agricultura, em pleno regime do Estado Novo (1937-1945), o órgão poderia efetivar suas ações de forma mais alinhada ao “novo” panorama fundiário do Estado-nação e aos incentivos federais voltados para o desenvolvimento agrário no país, a partir da sedentarização dos povos indígenas e de sua nacionalização, que os transformariam em trabalhadores rurais dóceis e produtivos.

Nesse horizonte, temos um contexto histórico em que as preocupações geopolíticas quanto à segurança nacional ampliavam-se de forma vertiginosa, em decorrência das crises e instabilidades político-econômicas no cenário internacional. Para remediar este prospecto, o novo regime de governo direcionaria medidas para assegurar sua integridade e soberania territorial, em uma verdadeira cruzada para ocupar e controlar seus “sertões” e fronteiras subjacentes: Centro-Oeste e Amazônia, massivamente habitados por povos indígenas. “Assim, a visão de fronteira ganhou novos significados, não excludentes entre si: o de lugar de expansão do povoamento e fronteira de recursos, e de lugar a ser incorporado à dinâmica da economia nacional” (MONTEIRO; COELHO, 2004, p. 92).

Essa perspectiva de ocupação e povoamento para os sertões foi massivamente utilizada no programa da *Marcha para o Oeste*. Esta configurava-se, de acordo com Alcir Lenharo (1986), dentro de um plano ideológico e socioeconômico do Estado Novo, que pretendia integrar a nação por meio de fluxos migratórios internos, ou nacionais, conectando dois polos contrastantes: o litoral, massivamente urbanizado e industrializado, e os sertões, rincões atrasados e de base predominantemente rural, verdadeiros “vazios demográficos”. Sua política central objetivava ocupar essas terras improdutivas e/ou mal aproveitadas por seus esparsos habitantes sertanejos e, com o trabalho agrícola dentro de uma perspectiva moderna, providenciar o desenvolvimento e o progresso local e, por conseguinte, de toda a nação, por meio do cultivo da terra.

Na prática, suas reais pretensões gravitavam em torno dos problemas estruturais enfrentados pelo Estado Novo: o crescimento populacional das cidades, os limites sociais das leis trabalhistas, as secas que assolavam o Nordeste, etc. Desta forma, aponta Maria Verônica Secreto (2007), a Marcha tentava mascarar e minimizar as profundas mazelas sociais enquanto traçava um plano genérico e insipiente voltado para o trabalhador rural e seu “habitat” campesino. Além disso, buscava ainda estender as influências políticas do regime e ampliar as fronteiras econômicas para o desenvolvimento e progresso do Estado-nação. E nesses esforços

de colonizar e integrar os “espaços vazios” à comunhão nacional, as populações indígenas também tiveram que ser inseridas no ideário da Marcha para o Oeste, cabendo ao SPI realizar sua articulação no plano de ação local junto a estes grupos.

Seth Garfield (2000), ao perscrutar sobre a incorporação dos indígenas nos planos ideológicos do Estado Novo, aborda as representações arquitetadas por políticos e intelectuais que iriam reinventar o indígena enquanto um símbolo originário da noção de “brasilidade”, e o conectar ao horizonte conceitual e prático da Marcha para o Oeste. Nesse quadro, o índio reaparece como “autêntico brasileiro” dado as suas contribuições para o processo de alargamento das fronteiras coloniais portuguesas e para a composição racial e cultural do Estado-nação brasileiro que se edificou após 1822. Parte latente deste velho personagem, reparamentado pelos ideólogos do regime, o indígena também ressurgia como sentinela do território nacional, que naturalmente defenderiam os sertões e suas fronteiras da cobiça estrangeira.

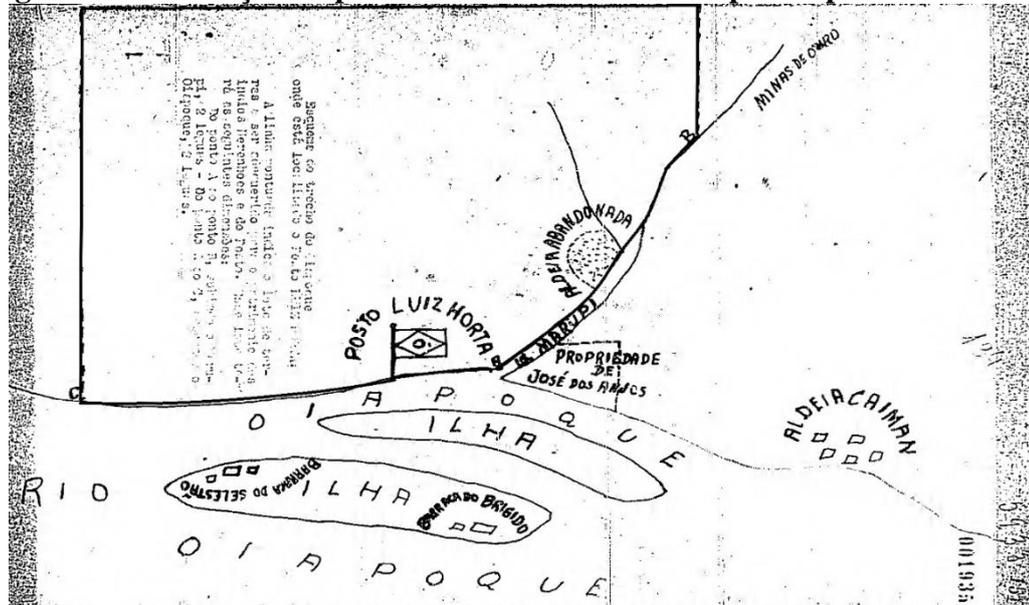
Evocava-se, novamente, o papel dos indígenas enquanto barreiras naturais que impediam e inviabilizavam qualquer avanço de agentes externos sobre as terras brasileiras. Nesse sentido, “a retórica do governo sublinhava que, dado o amor do índio a seu território, seu amor ao Brasil seria uma ‘simples extensão’” (GARFIELD, 2000, p. 22). Assim, indago que o movimento para “identificar” e “reconhecer” certas terras pertencentes a grupos indígenas, por parte do SPI e dos governos estaduais a partir da década de 1940, tinha também como um alicerce a segurança efetiva da nação, através do controle de seus sertões pela ocupação e colonização desses territórios, cujas diretrizes estavam presentes na Constituição de 1937 e eram normatizadas pelas políticas do SPI.

Deste modo, logo após sua inserção no MA, o SPI efetivaria de fato sua presença na região fronteira com a Guiana Francesa, por intermédio da instalação de dois postos, ambos situados no município de Clevelândia: o Posto Indígena de Assistência, Educação e Nacionalização Uaçá e o Posto Indígena de Fronteira Luiz Horta. Enquanto o primeiro iria administrar diretamente os povos Karipuna, Galibi-Marworno e Palikur, o segundo ficaria responsável por assistir os Teko, residentes no local, e os Wayãpi e Wayana, das cabeceiras dos rios Oiapoque, Araguari e Jari, que faziam contatos esporádicos. E com isso lançaria sua política indigenista/fundiária na região.

Conforme frisei anteriormente, a administração do SPI buscou articular a disposição territorial dos Teko no Oiapoque, e sua territorialidade, ao estabelecimento do posto Luiz Horta na região. Logo, o mesmo foi localizado em uma região de mata, na margem do rio Oiapoque, pouco abaixo de uma aldeia abandonada dos Teko, no rio Marupi, e não muito distante da aldeia

do cacique Kaimã. Como visualiza-se na figura 3, e no relatório do qual a mesma foi extraída, os encarregados já buscavam sinalizar a reserva de um lote de terras, em torno do posto indígena, seguindo uma linha tracejada:

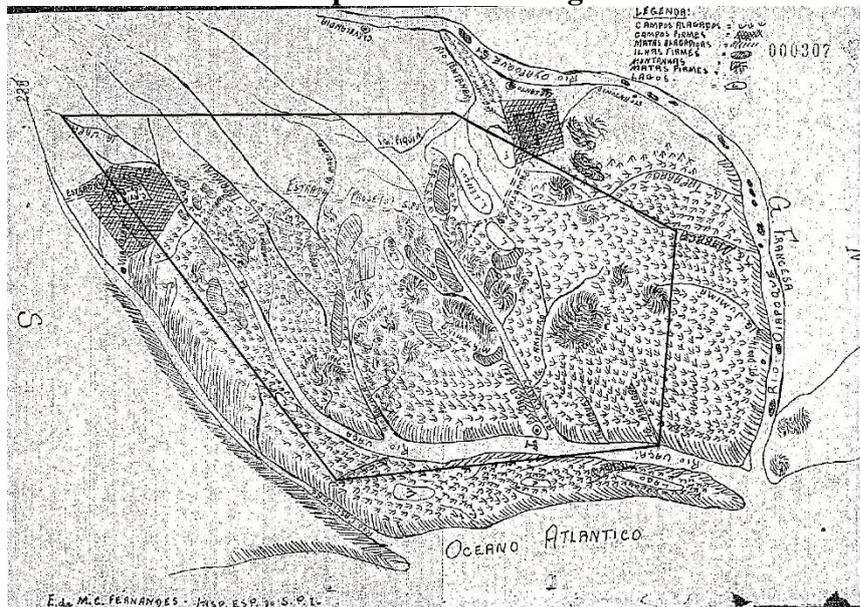
Figura 3: Localização do posto Luiz Horta e de terras para o patrimônio Teko



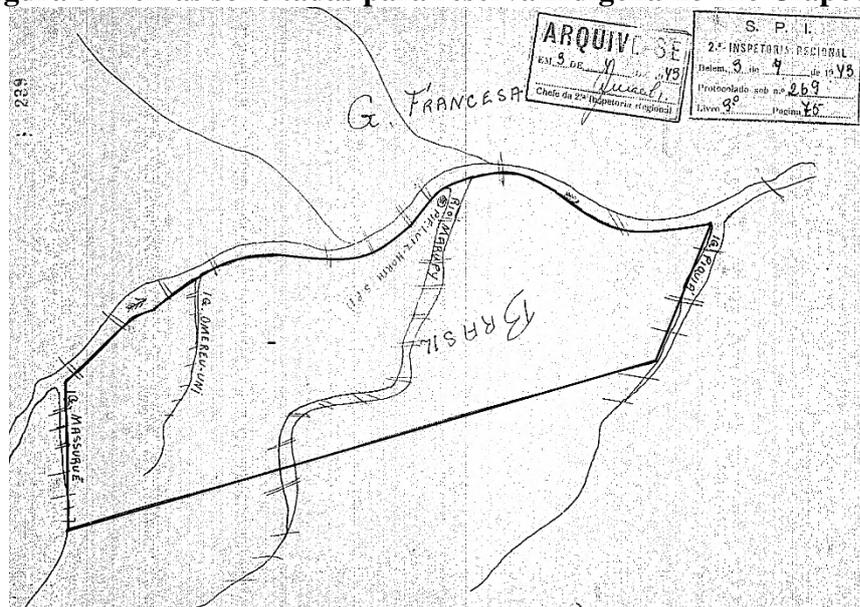
Fonte: SPI. *Relatório da Ajudância Norte em Clevelândia*, 12 de novembro de 1941. M. 86, f. 1976.

Esse lote seria adquirido pelo SPI para os Teko, mas iria pertencer ao patrimônio indígena do posto Luiz Horta, que administrava o grupo. Nele, os indígenas trabalhariam a terra, além de explorar as florestas, os rios e igarapés, para abastecer o posto com produtos agrícolas e gêneros extrativos, posteriormente comercializados pelo mesmo.

Já em 1943, o processo de reserva de terras foi iniciado com o encaminhamento de memorando que solicitava a criação de duas “reservas” indígenas, em torno dos postos Uaçá e Luiz Horta, para afixar os povos sob sua jurisdição. Junto ao pedido feito pelo inspetor especializado Eurico Fernandes, responsável pela zona Norte do Pará, foram anexados dois croquis que dimensionavam, respectivamente, as reservas pleiteadas na região, e que podem ser observadas nas figuras 4 e 5 abaixo.

Figura 4: Terras solicitadas para reserva indígena na Bacia do Rio Uaçá

Fonte: SPI. Memorando n.º 10 [Oiapoque], 27 de março de 1943. M. 91, f. 319.

Figura 5: Terras solicitadas para reserva indígena no Rio Oiapoque

Fonte: SPI. Memorando n.º 10 [Oiapoque], 27 de março de 1943. M. 91, f. 321.

Observo que estes espaços reservados, mesmo congregando parte dos territórios dos grupos étnicos da região, seriam construídos de forma arbitrária ao passo que estabeleceriam fronteiras marcadas sobre territórios indígenas que não possuíam essa dimensão. Por exemplo, os povos do Uaçá – Kariyuna, Galibi-Marworno e Palikur – ficariam confinados em um polígono (figura 4) cujas balizas foram traçadas sem levar em consideração certos acidentes

geográficos, e restringia sua territorialidade em trânsito. No caso dos Teko, a futura reserva (figura 5) respeitou uma de suas zonas tradicionais, localizada na margem direita do rio Oiapoque, e para assegurar sua presença no lado brasileiro, o SPI outorgou-lhes aquele território, mesmo que de forma restrita e mínima.

Nesse horizonte, essas reservas buscavam incentivar a ocupação sedentária desta região pelos indígenas, empenhados em atividades da economia agrícola e de criação de animais e fiscalizados pelo Estado através do SPI, como forma de estabelecer meios coercitivos tanto para inibir possíveis invasões perpetradas pelos vizinhos franceses quanto para disciplinarizar os trânsitos indígenas indevidos. Já no relatório de 1943 foi apresentada as ações realizadas ao longo do ano nos dois postos.

O posto Uaçá mostrou rápido florescimento, com o desenvolvimento na produção de leite, variados tipos de farinha, peixes secos salgados e em salmoura e, pela grande plantação de gêneros agrícolas, que somava uma área com cerca de 380.000 m² e compreendia culturas de: mandioca, macaxeira, cará, inhame, milho e feijão; além de frutas como laranja, lima, tangerina, banana e ananás (SPI. *Relatório referente aos serviços feitos durante o ano*, 31 de dezembro de 1943. M. 94, f. 1105-1107). Essa produção já era comercializada pelo posto, conforme se observa na tabela abaixo:

Tabela 1: Produção do posto indígena Uaçá, em 1943

Quantidade	Medida	Produto
12.000	Quilos	Farinha de mandioca
140	Quilos	Farinha de tapioca
1.100	Quilos	Cará
960	Quilos	Pirarucu, tipo Amazonas
890	Quilos	Tucunaré seco
30.000	Unidade	Laranjas
8.600	Unidade	Tangerinas
700	Quilos	Peixe seco de várias espécies

Fonte: SPI. *Relatório referente aos serviços feitos durante o ano*, 31 de dezembro de 1943. M. 94, f. 1107.

Em contrapartida, o posto Luiz Horta não produziu naquele ano. No relatório, ademais, são apresentados os grupos indígenas subordinados a este posto de fronteira, os quais discrimino no quadro abaixo:

Quadro 1: Povos indígenas administrados pelo Posto Luiz Horta, em 1943

Etnia	Língua	Tuxaua/Cacique	Localização	População
Teko	Tupi	Kaimã	Posto Luiz Horta	46 indivíduos
Wayãpi	Tupi	Kaimã	Rio Uasseipein, nas nascentes do rio Oiapoque	100 indivíduos
Wayãpi	Tupi	Irauwai	Nascentes do rio Araguari	250 indivíduos
Wayãpi	Tupi	Araurirá	Rio Pirauriri, que desagua no rio Jari	160 indivíduos

Wayãpi	Tupi	Tatu-açu, Opiokó, Kapaci, Piracaca, Taem, Maru, Ramerá etc.	9 aldeias no rio Cuc, afluente da margem esquerda do rio Jari	500 indivíduos
Wayana	Caribe	Marai-Tauá	Rio Jari	300 indivíduos
Wayana	Caribe	Tamu	Rio Mapauni, afluente do rio Jari	140 indivíduos

Fonte: SPI. *Relatório referente aos serviços feitos durante o ano*, 31 de dezembro de 1943. M. 94, f. 1109.

O contato com os Wayãpi e, sobretudo, os Wayana foi potencializado com a criação deste posto, pois naquele momento os agentes do SPI poderiam lançar investidas para os sertões da fronteira, nas cabeceiras dos rios, onde se localizavam as aldeias desses dois povos. Mas o contato não partia apenas do Estado, como também era realizado pelos grupos indígenas, que buscavam se beneficiar da assistência indigenista em determinados momentos, como foi o caso entre os Wayana. Em correspondência para a 2ª Inspeção Regional, o encarregado do posto Luiz Horta informa que:

[...] o tuxaua Kaimã, baixou afim de visitar-me e trazer-me a notícia de que uma grande leva de Wayana, das nascentes do rio Jari, vem descendo rumo ao L. Horta, aonde diz ele pretende sentar aldeia e aí permanecer, diz ainda Kaimã, porque eu nunca mais fui levar presentes para eles; é a primeira vez que esses índios buscam o SPI e entram em contato com civilizados (sem falar na visita que lhes fiz em 1936-) veem chefiados pelo tuxaua Tarumairê, o número propriamente não sei, pois Kaimã não sabe contar (SPI. *Correspondência do Oiapoque com a 2ª I.R.*, 02 de junho de 1944. M. 94, f. 1124).

Segundo Lucia van Velthem (1998), os Wayana são um povo de família linguística Caribe, cujas aldeias atualmente localizam-se em porções do território brasileiro, na Serra do Tumucumaque no norte do Pará, ao longo do alto curso do rio Paru de Leste, bem como nos países limítrofes, Suriname e Guiana Francesa, em torno dos rios Paloemeu, Tapanahony, Litani e Lawa. Sobre seus trânsitos e lógicas territoriais, a autora frisa:

A estrutura de uma aldeia é diretamente influenciada pelos deslocamentos territoriais, efetivados por seus membros, os quais são decorrentes de motivos de ordem econômica, sanitária, comercial ou de estreitamento dos laços de parentesco. Os deslocamentos cíclicos fazem referência à transferência para outros locais, muitas vezes distanciados da aldeia primitiva. Originam-se no esgotamento, tanto das terras produtivas próximas como dos recursos econômicos, impelindo os Wayana a procurarem outras terras apropriadas. Outros deslocamentos são anuais e ocorrem enquanto as novas roças secam ou esfriam após a queimada. Nessas ocasiões empreendem viagens de visita a parentes em outras aldeias [...] (VELTHEN, 1998, p. 46).

Nesse sentido, a territorialidade Wayana se expressa da mesma forma como a dos Teko e Wayãpi, por meio de grande mobilidade em torno de seu território étnico tradicional, e se relaciona a disponibilidade de viveres recolhidos na floresta, nos rios e por meio de suas roças. Assim, o deslocamento ocorrido em 1944 pode ser enquadrado nesse aspecto de seu calendário de mudanças cíclicas, em decorrência da falta de alimentos em suas antigas aldeias naquele

momento específico. Isso é reforçado em outra correspondência trocada com a sede da 2ª Inspeção:

[...] dizem os índios que um avião em chamas caiu sobre suas plantações devastando-as, e vendo-se com fome, procuraram os chefes de quem os outros lhe falavam, talvez eles mesmos não tivessem pensado jamais em vir para aqui e deixar o seu “habitat” embora impróprio (SPI. *Correspondência do Oiapoque com a 2ª I.R.*, 13 de junho de 1944. M. 94, f. 1131).

Assim, uma parte da população Wayana passou a residir nas imediações do posto Luiz Horta, onde recebiam alimentos do encarregado, e a conviver com os Teko que ali já habitavam a algum tempo. Após 1945 outras situações seriam engendradas, como a gradual mudança dos Teko para a Guiana Francesa, os novos contatos realizados com os Wayãpi e os Wayana, ou ainda a maior incidência da administração do SPI sobre os povos do Uaçá. Porém, esses sertões permaneceriam sobre o controle dos povos indígenas que, apesar dos ditames do Estado-nação, manteriam seus entendimentos sociocosmológicos sobre aqueles espaços situados nas fronteiras políticas entre Brasil e Guiana Francesa.

Considerações finais

Cenário de disputas e tensões entre Brasil e Guiana Francesa desde o período colonial, a região de fronteira no atual estado do Amapá revela-se como palco de intercâmbios e experiências sociais entre os mais díspares sujeitos, cujas redes de contato contrariavam as convenções político-administrativas que eram impostas sobre aquele *locus*. As interações entre povos indígenas, populações afrodiáspóricas, representantes estatais (civis e/ou militares), garimpeiros, moradores locais etc. colocavam, e colocam, em cheque uma gama de sociabilidades que implodem essas invisíveis e ténues fronteiras.

Após analisar as múltiplas conceptualizações empregadas atualmente para tratar e refletir sobre a faixa de fronteira, Simone Hoshi faz a seguinte constatação sobre esta:

Aglutina-se nesse espaço identidades, trocas, símbolos e principalmente um dinamismo econômico, que se esbarra com o que o contexto geopolítico, jurídico e a administração pública queiram aplicar nesse ambiente. É sem dúvida um espaço de tensões social, cultural, política, econômica e jurídica (2014, p. 279).

Entendendo que essas regiões possuem um caráter multifacetado, a autora aponta para a miríade de perspectivas sobre a fronteira, que acaba sendo relativizada a partir das vivências e dinâmicas locais em detrimento da tentativa de instrumentalização pelos signatários do Estado-nação. Assim, a fronteira se configura como espaço fluido, de diálogos e permutas entre sujeitos diversos, com suas línguas, culturas e cosmovisões específicas. Gerando choques e

entrecruzamentos de perspectivas, as vivências nessas zonas revelam a potencialidade criativa de seus povos, que se relaciona aos modos de relação com o território, a intensa mediação intercultural e aos exercícios de construção da alteridade. Nesse ponto, caracterizo a fronteira como um espaço de abertura, a partir do reconhecimento das diferenças, para o Outro.

Esses episódios destacados a partir da leitura da documentação trazem à tona um rol de estratégias adotadas pelos povos indígenas da fronteira Brasil-Guiana Francesa para viver e existir, r-existir, sob os padrões de assentamento e trabalho direcionados pelos agentes do SPI. As “reservas” indígenas em processo de construção pelo Estado, localizadas nesses mais distantes sertões do norte amazônico, auxiliaram na manutenção do território étnico dos Galibi-Marworno, Karipuna, Palikur, Wayãpi, Teko e Wayana, apesar da diminuição espacial. Essas novas experiências de contato foram responsáveis por gestar, *a posteriori*, outras territorialidades e modos de vivência grupal, mediados pela cosmologia indígena, que serviriam de resposta ao Estado-nação, e sua sociedade envolvente, e às lógicas eurocêntricas do colonialismo/racionalismo.

Ao trazer para o cerne do debate as trajetórias dos povos indígenas habitantes deste espaço transfronteiriço, pude perceber como esses sujeitos submeteram os discursos e práticas tutelares as suas próprias lógicas de ação. No entanto, para alcançar resultados mais profundos nesta pesquisa, friso que é imperativo realizar estudos etnográficos e de história oral junto aos povos indígenas, conforme propõe Edinaldo Freitas (2004), direcionados de forma pontual ao contexto tutelar e suas vivências no século XX. Através disso, será possível observar nos relatos e memórias o que se guardou, e foi silenciado, sobre o período tutelar, de modo a esclarecer muitas lacunas encontradas nas fontes.

Deste modo, poderemos empreender melhores indagações acerca da realidade vivenciada por esses povos na fronteira, ao passo que concilie a análise documental e as narrativas e regimes de tradição oral presentes entre os Galibi-Marworno, Karipuna, Palikur, Wayãpi, Teko e Wayana. Com material mais robusto, que traga as interpretações indígenas acerca da “proteção oficial” e de suas ações históricas na região, contribuindo na elaboração de uma verdadeira história indígena, ligada às dimensões cosmológicas.

Referências

ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte amazônico*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

ANDRADE, Ugo Maia. Na fronteira: mobilidades xamânicas entre Brasil e Guiana Francesa. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 24, n. 51, p. 203-227, maio/ago. 2018. Disponível

em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v24n51/1806-9983-ha-24-51-203.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 3. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2015, p. 23-79.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p. 341-345.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Trad. Theo Santiago. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Xamanismo e tradução: pontos de vista sobre a floresta amazônica. In: *Cultura com aspás e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 102-115.

FREITAS, Edinaldo Bezerra de. Fala de índio, História do Brasil: o desafio da Etno-História indígena. *História Oral*, v. 7, p. 181-197, 2004. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=110&path%5B%5D=106>. Acesso em: 23 jul. 2018.

GALLOIS, Dominique Tilkin (Org.). *Redes de relações nas Guianas*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Fapesp, 2005.

GALLOIS, Dominique Tilkin; GRUPIONI, Denise Fajardo. *Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam*. São Paulo: Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo, 2003.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 13-46, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2980.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

HOSHI, Simoni Shizue da Costa. Faixa de fronteira e suas concepções. In: BAHIA, Mirleide Chaar; NASCIMENTO, Durbens Martins (Orgs.). *Estado, sistemas produtivos e populações tradicionais*. Belém: NAEA, 2014, p. 265-284.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1986.

LIMA, Antonio Carlos de Sousa. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia 322. Brasília: DAN/UnB, 2002. 33p. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie322empdf.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2017.

LÓPEZ GARCÉS, Claudia Leonor. Pueblos indígenas, relaciones interétnicas y culturas de contacto en la frontera Brasil-Guyana Francesa. In: ROCHA, Leandro Mendes; BAINES,

Stephen Grant (Coords.). *Fronteiras e espaços interculturais: transnacionalidade, etnicidade e identidade em regiões de fronteira*. Goiânia: Ed. UCG, 2008, p. 79-105.

LÓPEZ GARCÉS, Claudia Leonor. *Tikunas brasileiros, colombianos e peruanos: etnicidade e na nacionalidade na região das fronteiras do Alto Amazonas/Solimões*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2014.

MELATTI, Julio Cezar. E1 - Área Guianesa. In: *Áreas Etnográficas da América Indígena*. Apostila destinada a curso de extensão; Texto em permanente processo de acréscimo e reformulação. Brasília: UnB, 2019. 44p. Disponível em: http://www.juliomelatti.pro.br/areas/e1_guianesa.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 7, n.1, p. 91-122, jun. 2004. Disponível em: http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3162/1/Artigo_PoliticafederaisReconfiguracoes.pdf. Acesso em: 18 jan. 2018.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE/Fundação Nacional Pró-Memória, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5 (suplemento), p. 195-215, jul. 1998. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6648/LuciaLippi_MANGUINHOSv5s0.pdf. Acesso em: 13 nov. 2019.

PATEO, Rogério Duarte do. Guerra e devoração. In: GALLOIS, Dominique Tilkin (Org.). *Redes de relações nas Guianas*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Fapesp, 2005, p. 113-150.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 115-132.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENÑA, Ana Ester (Org.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 151-197.

RODRIGUES, Fernando da Silva. História das fronteiras norte do Brasil e os debates sobre a internacionalização da Amazônia. In: SOUZA, Sueny Diana Oliveira de; FARIAS, William Gaia (Orgs.). *Militares, poder e sociedade na Amazônia*. Belém: Açáí, 2016, p. 241-269.

SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. *Correspondência do Oiapoque com a 2ª I.R.*, 02 de junho de 1944. Microfilme 94, fotograma 1124-1125.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. *Correspondência do Oiapoque com a 2ª I.R.*, 13 de junho de 1944. Microfilme 94, fotograma 1130-1133.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. *Diário do Serviço de Inspeção da 2ª Turma ao Vale do Rio Uaçá*, 03 de dezembro de 1936. Microfilme 86, fotograma 924-938.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. *Memorando n.º 10 [Oiapoque]*, 27 de março de 1943. Microfilme 91, fotograma 318-321.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. *Memorando que apresenta sugestões para a reorganização da Inspetoria do Pará*, 27 de novembro de 1939. Microfilme 86, fotograma 797-799.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. *Registro Geral Material I.R. 2*, 1949-1950. Microfilme 300, fotograma 100-103.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. *Relatório da Ajudância Norte em Clevelândia*, 12 de novembro de 1941. Microfilme 86, fotograma 1970-1976.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. *Relatório de ocorrências*, 28 de agosto de 1939. Microfilme 86, fotograma 894-899.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. *Relatório referente aos serviços feitos durante o ano*, 31 de dezembro de 1943. Microfilme 94, fotograma 1102-1113.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. *Situação dos postos indígenas no Pará*, 25 de abril de 1939. Microfilme 86, fotograma 694-701.

TRITSCH, Isabelle. *Dynamiques territoriales et revendications identitaires des Amérindiens wayãpi et teko de la commune de Camopi (Guyane française)*. 2013. Thèse (Doctorat de Géographie). Faculté des Lettres et Sciences humaines, Université des Antilles et de la Guyane, Paris, 2013.

VALLOT, Hugues Dominique. *A Colônia Esquecida e a República Assimilacionista: representações, políticas indigenistas e reivindicações indígenas na Guiana Francesa*. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

VELTHEN, Lucia Hussak van. *A Pele de Tuluperê: uma etnografia dos trançados Wayana*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

VIDAL, Lux. *A Cobra Grande: uma introdução à cosmologia dos Povos Indígenas do Uaçá e Baixo Oiapoque – Amapá*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu Editora, n-1 edições, 2018.

¹ No texto original da autora: “La frontera y su diversidad étnica, cultural y lingüística es el resultado de procesos de intenso contacto interétnico desde épocas pre-coloniales, articulados a la expansión colonial europea

protagonizada por portugueses y franceses quienes, durante los siglos XVIII y XIX, mantuvieron conflictos por la posesión del territorio entonces denominado Cabo Norte (hoy correspondiente al actual estado brasileño de Amapá) que sólo terminó a inicios del siglo XX cuando en 1900 el Consejo Federal Suizo declara este territorio perteneciente a Brasil. Intensos procesos de contacto interétnico entre pueblos indígenas y la situación histórica de permanecer durante dos siglos fuera del control efectivo de las autoridades francesas y portuguesas, contribuyeron a la configuración de un espacio de socialización de diversos sectores de población (indígenas, poblaciones afrodescendientes y agentes coloniales) quienes consolidaron experiencias de convivencia interétnica” (LÓPEZ GARCÉS, 2008, p. 79-80).

² Essas considerações apontadas por Carlos Bacellar perpassam o ofício do historiador, em seu trato com as fontes documentais dos arquivos. A pesquisa árdua, meticulosa e paciente nos acervos arquivísticos; a localização e identificação tipológica das fontes; o entendimento da escrita documental; as preocupações com a leitura e tradução das informações; a análise contextual dos documentos, de seus vieses etc. Estes são alguns aspectos elencados pelo autor, que ressalta ao final do texto: “Munido das armas e precauções dispostas anteriormente, de conhecimento prévio sobre o assunto (fruto de muita pesquisa bibliográfica a respeito do período estudado e do que concluíram historiadores que trabalharam antes dele), o pesquisador está pronto para prosseguir na análise e na interpretação de suas fontes. Já pode **cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História**” (BACELLAR, 2015, p. 71, grifos do autor).

³ No texto original da autora: “En la Francia de los años 30 se decretó la creación del territorio de Inini, implementando un régimen especial que reconocía a los afro-descendientes cimarrones y a los pueblos indígenas de la Guyana como naciones bajo la protección del estado francés. El régimen de Inini, vigente hasta 1969, estipulaba la no intervención del estado en los asuntos indígenas, dejando su administración y organización en manos de sus propios líderes y respetando su derecho consuetudinario en lo referente a lo civil, pero sometiénolos al derecho penal del Estado francés, además de promover políticas educativas integracionistas con base en la alfabetización en lengua francesa y la creación de colegios que funcionaban bajo el sistema de internados” (LÓPEZ GARCÉS, 2008, p. 83).

⁴ No texto original da autora: “La chasse, et dans une seconde mesure l’abattis, conditionne les stratégies d’occupation territoriale des Wayâpi et des Teko : les villages sont déplacés vers de nouvelles zones de pluri-exploitation lorsqu’une baisse des rendements de la chasse et de la disponibilité des bonnes terres agricoles se fait sentir” (TRITSCH, 2013, p. 108).

Artigo recebido em 01 de fevereiro de 2020
Aceito para publicação em 26 de maio de 2020